

Reestruturação comandada pelo Centrão indica 'presidencialismo flex'

Mudanças na medida provisória que reorganiza ministérios esvaziam pastas do Meio Ambiente e dos Povos Originários; bloco parlamentar encurrala governo Lula

VERA ROSA
CAIO SPECHOTO
BRASÍLIA

A nova configuração do governo aprovada por uma comissão mista do Legislativo, ontem, indica que o Centrão adotou uma espécie de "semipresidencialismo", sistema no qual o presidente da República compartilha o poder com um primeiro-ministro, eleito pelo Congresso. A proposta que recebeu sinal verde, por 15 votos a 3, esvazia os ministérios do Meio Ambiente, dos Povos Originários e do Desenvolvimento Agrário. As principais mudanças não apenas representam uma vitória dos ruralistas na disputa, mas mostram que o Centrão encurralou o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

"Qualquer tentativa de desmontar o sistema nacional de meio ambiente brasileiro é um desserviço"

Marina Silva
Ministra do Meio Ambiente

A Medida Provisória (MP) que reestrutura a organização administrativa do Poder Executivo e fixa o número de ministérios em 31, além de seis órgãos com status de ministério, foi a primeira a ser enviada pelo governo Lula ao Congresso, em janeiro. Ontem, deputados e senadores da comissão mista aprovaram a matéria, mas com modificações.

O Palácio do Planalto teve de aceitar as alterações na MP porque, caso contrário, o desenho da Esplanada voltaria a ser como era no governo de Jair Bolsonaro (PL), uma vez que a iniciativa perde validade em 1.º de junho. Diante do imbróglio, a estratégia do Executivo

foi a da redução de danos.

Lula tem atualmente 37 ministérios, mexeu em estruturas, levou repartições de um lugar para outro, criou e extinguiu departamentos, mas precisa da autorização do Legislativo para manter esse projeto de pé. Segundo o governo, a reestruturação não gerou aumento nas despesas.

MARCO FISCAL. Um dia depois de a Câmara aprovar o arcabouço fiscal e o governo comemorar a vitória – apesar da base rebelde –, o recado foi dado pelo Centrão. E a leitura política é a de que o Congresso também vai dar as cartas no governo até que os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), voltem a ter o controle sobre a distribuição das emendas do Orçamento.

Lira chegou a dizer que o expressivo placar de votação do arcabouço – 372 votos a favor do projeto e 108 contrários – não significava uma vitória do Planalto, mas, sim, do Brasil.

Embora o Supremo Tribunal Federal tenha derrubado o orçamento secreto, esquema revelado pelo Estadão, Pacheco continua representado na tarefa de cobrar o governo pelo senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), que indicou ministros do partido e, ao lado do líder do União Brasil na Câmara, Elmar Nascimento (BA), tem afilhados na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

Alcolumbre é justamente quem preside a comissão mista – formada por deputados e senadores – para avaliar a MP enviada por Lula para reestruturar ministérios e repartições.

Neste cenário, o ministério mais prejudicado no relatório produzido pelo deputado Isinaldo Bulhões (MDB-AL) e



Sessão da comissão mista que analisou a MP da Esplanada

Quem ganha e quem perde

• Povos indígenas

Pasta criada no governo petista perdeu o poder para tratar de processos de demarcação de terras indígenas. Função ficou com o Ministério da Justiça, que detinha a responsabilidade no governo passado

• Meio Ambiente

Marina Silva perdeu o controle do Cadastro Ambiental Rural (CAR), que registra todas as propriedades rurais do País. Também saiu da pasta da ministra a Agência Nacional de Águas (ANA)

• Agricultura e Desenvolvimento Agrário

Apesar da pressão da bancada ruralista, não houve uma derrota completa para o governo. O texto divide entre as duas pastas as atribuições da Conab

• Casa Civil

A coordenação das atividades de inteligência migrou da Casa Civil para o Gabinete de Segurança Institucional (GSI)

• Funasa

O relatório mantém a autorização para o governo extinguir a Fundação Nacional de Saúde. Havia pressão no Congresso para barrar a extinção

aprovado ontem foi o do Meio Ambiente, comandado por Marina Silva. Horas antes da votação da MP na comissão mista, Marina criticou as mudanças enxertadas pelo Congresso na estrutura dos ministérios e disse que esse modelo provocaria impacto na imagem ambiental do Brasil no exterior porque pareceria uma reedição do governo Jair Bolsonaro.

RECLAMAÇÃO. "Não basta a credibilidade do presidente Lula

ou da ministra do Meio Ambiente", afirmou Marina, referindo-se a ela mesma na terceira pessoa. "O mundo vai olhar para o arcabouço legal e ver que a estrutura do governo não é a que ganhou as eleições. É a estrutura do governo que perdeu. Isso vai fechar todas as nossas portas. É um erro estratégico", insistiu.

Embora todas as mudanças ainda tenham de passar, no prazo recorde de uma semana, pela avaliação dos plenários da

Câmara e do Senado, o texto que saiu ontem da comissão mista já indica que o Congresso também quer governar.

O Meio Ambiente foi desistado e perdeu o Cadastro Ambiental Rural (CAR) para o Ministério da Gestão. A administração dos resíduos sólidos, por sua vez, ficará com o Ministério das Cidades, pasta controlada pelo MDB.

Até agora, aparentemente, Marina venceu o primeiro round da briga com o Ministério de Minas e Energia e a Petrobras para impedir a exploração de petróleo na foz do Rio Amazonas. No entanto, além de enfrentar pressão para o Ibama mudar de posicionamento, sofreu ontem forte revés. No mesmo dia, durante audiências no Congresso, a ministra e o titular de Minas e Energia, Alexandre Silveira, expuseram divergências sobre o projeto (mais informações na pag. A8).

ESTRUTURA. Se nada mudar nas votações de plenário, a Agência Nacional de Águas (ANA) será agora subordinada ao Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional e outras divisões do Meio Ambiente passarão por um processo de esvaziamento.

Na outra ponta, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) terá gestão compartilhada entre o Ministério da Agricultura, de Carlos Fávaro (PSD), e o do Desenvolvimento Agrário, nas mãos de Paulo Teixeira (PT). As estruturas mais importantes da Conab, como comercialização, abastecimento e garantia de preços mínimos, sairão do domínio petista.

Já a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), hoje sob o guarda-chuva do ministério de Sônia Guajajara, vai ser realocada para a Justiça, com Flávio Dino à frente. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Pagina: 6